

RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.925 - DF (2016/0010376-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRENTE : ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO
RECORRENTE : CRISTIANE SIQUEIRA REBELO
RECORRENTE : CASSANDRA MARLY JUCA FLEXA
RECORRENTE : CAMILA AFONSO DE NOVOA CAVALCANTI
RECORRENTE : ANTONIA CAMPOS SERRA
RECORRENTE : ANNA LAURA COELHO PEREIRA
RECORRENTE : ANA ANGELICA PINTO BENTES
RECORRENTE : ALVARO ELPIDIO VIEIRA AMAZONAS
RECORRENTE : ADAUTO CERQUEIRA SANTOS
RECORRENTE : AMANACI GIANNACCINI
ADVOGADOS : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(S) - DF007077
EMILIANO ALVES AGUIAR - DF024628
INTERES. : ANAMATRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 11,98% A JANEIRO DE 1995 NOS TERMOS DA DECISÃO DO STF NA ADI 1.797/PE. OBSERVÂNCIA DO TÍTULO EXECUTIVO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SOMENTE AS SENTENÇAS TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO ART. 741 DO CPC ESTÃO FORA DE SEU ALCANCE. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO CONHECIDO E PROVIDO.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL EM RAZÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA (10% DO VALOR DA CAUSA, R\$ 4.432,18). IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela UNIÃO e ERIKA VASCONCELOS DE LIMA DACIER LOBATO e outros, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo TRF da 1a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 11,98%. LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS AO PERÍODO DE ABRIL/94 A JANEIRO/95. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À

COISA JULGADA: ART. 475-G DO CPC. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. APELAÇÃO PROVIDA. (4)

1. *A decisão exequenda reconheceu aos embargados o direito ao reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) a partir de setembro de 1996, sem a imposição de limitação temporal ao aludido reajuste de modo que os limites da execução são definidos pelo título judicial que se está executando, sob pena de ofensa à coisa julgada.*

2. *A limitação das diferenças decorrentes da incidência do reajuste de 11,98% ao período de abril/94 a janeiro/95 atribui à decisão exequenda extensão menor que a efetivamente decidida, malferindo o disposto no art 475-G do CPC, segundo o qual é defeso, na liquidação, discutir de novo a lide, ou modificar a sentença que a julgou.*

3. *Nem mesmo à luz do decidido pela Suprema Corte, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.797/PE, se encontraria respaldo para a limitação pretendida pela recorrente, a janeiro de 1995, pois o próprio Pretório Excelso afirma se cuidar de questão superada, diante do decidido em ações diretas de inconstitucionalidades posteriores (AC 2005.37.00.000792-7/MA, Rel. Des. Federal Carlos Moreira Alvá, 2a Turma, unânime, DJ 31.10.2007, p. 48).*

4. *Honorários de advogado devidos no percentual de 10% sobre o valor da causa, em desfavor da União.*

5. *Apelação a que se dá provimento (fls. 301)*

2. Opostos Embargos de Declaração foram parcialmente providos (fls. 318/324).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre inadmitido, a UNIÃO aponta violação dos arts. 741, parágrafo único, do CPC e 28, parágrafo único, da Lei 9.868/1999, sob o argumento de que é inexigível título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados pela Corte Suprema como inconstitucionais, ou em aplicação ou interpretação de leis tidos por ela como incompatíveis com a ordem constitucional.

4. Os Particulares, por outro lado, alegam violado o art.

20, § 4o. do CPC, requerendo a fixação da verba honorária de 10% não sob o valor da causa, mas sim sobre o valor do alegado excesso pela União.

5. É o relatório.

6. Inicialmente, passa-se à análise do Recurso Especial da UNIÃO. Merece acolhimento.

7. O acórdão recorrido não está em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal acerca da matéria.

8. Com efeito, o entendimento desta Corte, firmado no mesmo sentido do adotado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1.797-0, é o de que o pagamento das diferenças de Unidade Real de Valor - URV devidas à Magistratura Federal, Juízes Classistas e Promotores - está limitado a janeiro de 1995, sob pena de ocorrer o pagamento sem causa, não se aplicando a essas hipóteses o que restou decidido no julgamento da ADI 2.323-MC/DF. Nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO ELEITORAL. LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 11,98% A JANEIRO DE 1995 NOS TERMOS DA DECISÃO DO STF NA ADI 1.797/PE. OBSERVÂNCIA DO TÍTULO EXECUTIVO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SOMENTE AS SENTENÇAS TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO ART. 741 DO CPC ESTÃO FORA DE SEU ALCANCE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *O acórdão proferido pelo Tribunal de origem destoa do entendimento desta Corte Superior, firmado no mesmo sentido do adotado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1.797-0, de que o pagamento das diferenças de Unidade Real de Valor-URV devidas à Magistratura Federal, Juízes Classistas e Promotores, está limitado a janeiro de 1995, sob pena de ocorrer o pagamento sem causa, não se aplicando a essas hipóteses o que restou decidido no julgamento da ADI 2.323-MC/DF.*

2. *Agravo Regimental do Servidor desprovido*

(AgRg no REsp. 1.256.688/GO, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 10.9.2016).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. GRATIFICAÇÃO ELEITORAL. CONVERSÃO EM URV. LIMITAÇÃO TEMPORAL. RECURSO PROVIDO.

1. *Esta Corte adota entendimento segundo o qual, com relação aos membros da magistratura federal e do Ministério Público, o pagamento do resíduo de 11,98% decorrente da conversão da moeda em URV deve ser limitado a janeiro de 1995, incidindo, nesses casos, a compreensão firmada na ADI 1.797/PE.*

2. *Nos termos do art. 741, parágrafo único, do CPC, pode a Fazenda Pública suscitar, em sede de embargos à execução, a questão da limitação temporal do direito às diferenças decorrentes de Unidade Real de Valor - URV, sem que isto constitua ofensa à coisa julgada.*

3. *Recurso especial provido* (REsp. 1.412.932/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 13.11.2013).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GRATIFICAÇÃO ELEITORAL. PROMOTOR DE JUSTIÇA. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. REAJUSTE DE 11,98%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. ADI 1.797-0.

1. *O entendimento desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de adotar, sem restrições, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADI 1.797-0, segundo o qual o adimplemento das diferenças de Unidade Real de Valor - URV devidas à magistratura federal, juízes classistas e promotores, sob pena de ocorrer o pagamento sem causa, está limitado a janeiro de 1995, não se aplicando a essas hipóteses o que restou decidido no julgamento da ADI 2.323-MC/DF.*

2. *Ademais, por força do art. 741, parágrafo único do CPC, pode a Fazenda Pública suscitar em sede de embargos à execução a questão da limitação temporal do direito às diferenças decorrentes de Unidade Real de Valor - URV, tendo em vista que não incluída nos limites da coisa julgada objeto do título exequendo.*

3. *De fato, sobre as diferenças sob enfoque, o STF fez a interpretação conforme à Carta da decisão administrativa do TRT da 6a. Região, para o fim de deixar explicitado ser elas devidas aos servidores, de abril de 1994 a dezembro de 1996; e, aos magistrados, de abril de 1994 a janeiro de 1995; uma vez que, em janeiro de 1997, entrou em vigor a Lei 9.421/96, que, ao instituir as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixou novos padrões de vencimentos em real; e, em fevereiro de 1995, os Decretos Legislativos 6 e 7 (DOU de 23.1.1995), que estipularam novas cifras para a remuneração dos Ministros de Estado e membros do Congresso Nacional, aplicáveis aos Ministros do STF por força da Lei 8.448, de 21.7.1992, com reflexos sobre toda a magistratura federal.*

4. *Precedentes: AgRg no REsp 1.139.038/SC, rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 19.9.2012; AgRg no AREsp 188.453/GO, rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 11.9.2012; AgRg no REsp 1136831/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 13/09/2010.*

5. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 174.281/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 5.2.2013).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROMOTOR DE JUSTIÇA COM FUNÇÕES NA JUSTIÇA ELEITORAL. CONVERSÃO DA GRATIFICAÇÃO ELEITORAL DE CRUZEIRO REAL PARA URV. REPOSIÇÃO SALARIAL. DIFERENÇA DE 11,98%. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. EFEITOS DA ADI 1.797/PE. INCIDÊNCIA. INAPLICAÇÃO DA ADI 2.323 MC/DF. AFRONTA À COISA JULGADA. SÚMULA 487 DO STJ. IMPROCEDÊNCIA. EXEGESE DO ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. *A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que para os magistrados federais, juízes classistas e promotores eleitorais, os efeitos do julgamento da ADI 1.797/PE, pelo Supremo Tribunal Federal, incidem sem ressalvas, não tendo repercussão o que ficou decidido na ADI 2.323 MC/DF. Portanto, sobre as diferenças de 11, 98% decorrentes da má conversão para URV da gratificação eleitoral - verba percebida por membros do Ministério Público que exercem funções na Justiça Eleitoral -, aplica-se a limitação temporal a janeiro de 1995, sob pena de haver pagamento sem causa.*

2. *É lícito à União, com amparo no art. 741,*

parágrafo único, do Código de Processo Civil, pugnar, em embargos à execução, pela limitação temporal do direito às diferenças decorrentes da errônea conversão de vencimentos de Cruzeiro Real para URV (resíduo de 11, 98%) se o julgado exequendo não cuidou do tema, pelo que não está incluído nos limites objetivos da coisa julgada.

3. *O art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que possibilita a relativização da coisa julgada, tem incidência nas decisões transitadas em julgado em data posterior à sua vigência: 24.8.2001 - data da edição da MP 2.180-35/2001.*

Inaplicabilidade, na espécie, do enunciado da Súmula 487 do STJ.

4. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.139.038/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19.9.2012).*

9. Passa-se à análise do Recurso Especial dos Particulares.

10. Firmou-se a orientação, nesta Corte Superior, de que a revisão dos honorários advocatícios fixados pelas instâncias ordinárias somente é admissível em situações excepcionais, quando o valor revelar-se manifestamente irrisório ou excessivo. O critério para a fixação da verba honorária deve levar em conta, sobretudo, a razoabilidade do seu valor, em face do trabalho profissional advocatício efetivamente prestado, não devendo altear-se a culminâncias desproporcionais e nem ser rebaixado a níveis claramente demeritórios, não sendo determinante para tanto apenas e somente o valor da causa.

11. A hipótese não comporta a exceção que admite a revisão da verba sucumbencial, uma vez que foram sopesadas as circunstâncias necessárias e arbitrado *quantum* que se mostra razoável à remuneração adequada da atividade advocatícia desenvolvida (10% do valor da causa, R\$ 4.432,18).

12. Com efeito, não se tratando de valor irrisório ou exorbitante, a revisão dos critérios e dos valores relativos à sucumbência resulta em reexame necessário de matéria fático-probatória, sendo, portanto, insuscetível de reapreciação em sede de Recurso Especial, por incidência do enunciado da Súmula 7 desta Corte. Cite-se, a propósito, os

seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRISÃO ILEGAL. DANOS MORAIS. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO E DA VERBA ADVOCATÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. VALORES FIXADOS EM PATAMAR RAZOÁVEL.

1. *A jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, a alteração do valor fixado a título de danos morais e de honorários advocatícios, caso se mostrem irrisórios ou exorbitantes, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorreu no caso concreto.*

2. *Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp. 1.198.209/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 9.3.2015).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DIREITO DE FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. REQUISITOS. PARTILHA DE BENS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS. FORMA EQUITATIVA. ARTIGO 20, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. *Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese.*

2. *Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que concluiu estarem presentes os requisitos configuradores para o reconhecimento da união estável, bem como pela inclusão na partilha bens imóveis adquiridos na constância da comunhão, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pela Súmula nº 7/STJ.*

3. *O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado no sentido de que a alteração do valor fixado de*

Superior Tribunal de Justiça

forma equitativa a título de honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, demanda necessário revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ, excetuando-se as situações de valor irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu no caso dos autos.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp. 363.134/MG, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 17.3.2015).

13. Diante do exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial dos Particulares e dá-se provimento ao Recurso Especial da UNIÃO para limitar os efeitos da condenação a janeiro de 1995. Invertidos os ônus sucumbenciais.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR